



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete do Deputado Federal Sargento Portugal

**COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA
IDOSA**

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2023
(Do Sr. SARGENTO PORTUGAL)

Requer a realização de Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, com o objetivo de debater a decisão dos Bancos em suspender os empréstimos Consignados aos beneficiários do INSS, logo após governo reduzir taxas de juros.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos Artigos 255 e 256 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de Audiência Pública, no âmbito da Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa, com o objetivo de debater, questionar e discutir sobre a decisão dos Bancos em suspender os empréstimos Consignados aos beneficiários do INSS, logo após governo reduzir taxas de juros.

Assim, sugerimos que sejam convidados a participar:

1. Representantes dos determinados BANCOS:



- a. Banco ITAÚ;
- b. BANCO PAN;
- c. BANCO DO BRASIL;
- d. CAIXA ECONÔMICA FEDERAL;

2. Ministério da Previdência Social;

3. Integrantes do Conselho Nacional de Previdência Social (CNPS)

JUSTIFICAÇÃO

No último dia 17 de março, alguns Bancos públicos e privados decidiram suspender o crédito consignado aos beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). A decisão se deu logo após o Conselho Nacional da Previdência Social (CNPS) reduzir, de 2,14% para 1,7% ao mês, o teto dos juros no crédito consignado.

Essa decisão tomada pelos bancos gera consequências graves a todos os aposentados e pensionistas, pois “do dia pra noite” estão completamente a mercê de decisões monocráticas, sem qualquer previsibilidade de que os bancos tomariam tal medida, gerando insegurança para milhares de pessoas, milhares de famílias.

Assim, o presente requerimento tem como objetivo debater, questionar e discutir sobre a decisão dos Bancos em suspender os empréstimos Consignados aos beneficiários do INSS, imediatamente após o governo reduzir taxas de juros.

É importante que se ressalte que a redução e o consequente bloqueio da linha de crédito deixarão milhares de pessoas “na mão”, sem dinheiro para o pagamento das contas do dia a dia da família, afetando diretamente na qualidade de vida e em toda estrutura familiar.



Segundo a FEBRABAN, há hoje 14,5 milhões com consignado do INSS, dos quais 42% são negativados, ou seja, a situação é ainda mais crítica, pois esses são os clientes que provavelmente não terão aval dos bancos e financeiras para obterem outro tipo de crédito.

Portanto, faz-se necessário o debate imediato sobre a decisão monocrática dos Bancos em suspender os empréstimos consignados aos aposentados e pensionistas. Ademais, em atendimento ao Art. 255 do RICD, o tema proposto da Audiência guarda relação com campos temáticos da Comissão dos Direitos da Pessoa Idosa.

Desta feita, contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente requerimento.

Sala da Comissão, em 30 de março de 2023.

SARGENTO PORTUGAL

Deputado Federal PODE/RJ

